

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma cidadã da freguesia de Bustelo tem vindo a denunciar atuações na sua freguesia que são passíveis de classificação como crime ambiental. Em Penafiel, tem havido, e estão documentadas fotograficamente, descargas de vários camiões de lixo de origem diversa num terreno contíguo ao Mosteiro do Bustelo na Quinta da Eira. Este terreno privado, tem assim servido como aterro ilegal para depósito de resíduos vários dos quais se desconhece a proveniência. Segundo a denuncia a que o Bloco de Esquerda teve acesso, a divisão do SEPNA da GNR já foi chamada várias vezes ao local, tendo tomado conta da ocorrência, mas sem qualquer atuação por não se ter deslocado ao local no exato momento das descargas.

Para o Bloco de Esquerda, estas práticas são extremamente graves e colocam em causa a proteção do ambiente e levantam questões de saúde pública da população de Penafiel. Estes resíduos não foram nem são analisados nem sequer entram na cadeia específica dos resíduos que está estabelecida para tratamento. Existem responsabilidades públicas e privadas sobre esta descargas, desde logo da Câmara de Penafiel e da sua divisão do ambiente, mas também do dono do terreno que permite que o seu terreno seja um aterro ilegal, assim como da SEPNA e Agência Portuguesa do Ambiente que não tomam as medidas necessárias para que seja cumprida a legislação para tratamento de resíduos.

As preocupações com o ambiente e saúde pública devem ser seguidas de fiscalização e atuação coerente aquando a existência de denúncias. Também as denuncia e a resposta deve tornar-se facilitada e deve ter todo o apoio na sua resolução do poder local e assim atuará o Bloco de Esquerda para que situações de fuga aos deveres ambientais não sejam permitidas por inação ou por conivência do poder local ou ainda por incapacidade de fiscalização ambiental.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Qual a evolução das denúncias relativas a descargas ilegais de resíduos e o respetivo seguimento por parte das diferentes entidades responsáveis pela fiscalização, nomeadamente IGAMAOT, CCDRN, ASAE e DRE, assim como o SEPNA, desde 2011?
3. Tem havido análises ao local para identificação da tipologia de resíduos, assim como investigação sobre a proveniência dos mesmos?
4. Que medidas pretende a CCDRN e Agência Portuguesa do Ambiente tomar para a resolução da situação reportada?

Palácio de São Bento, 15 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)